



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 39/2011

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 15 de Setembro de 2011

MOÇÃO

Novo Governo – Três Meses desastrosos para o Barreiro

O XVIII Governo Constitucional iniciou funções há cerca de três meses no quadro da maior crise financeira internacional e das obrigações de consolidação orçamental estabelecidas no Memorando de Entendimento entre Portugal e as organizações internacionais.

Perante o agravamento da situação económica nos países mais desenvolvidos com um significativo abrandamento da actividade económica verificado ao longo do 1º semestre de 2011 a generalidade dos observadores, entre os quais a nova Directora-geral do FMI, têm vindo a afirmar que é prioritário apostar em medidas de incentivo ao crescimento económico e à criação de emprego de forma a evitar uma nova recessão global como a ocorrida em 2009.

É neste quadro surpreendente a teimosia do Governo em acentuar medidas recessivas, aumentos de impostos recaindo quase exclusivamente sobre os rendimentos de trabalho e uma deliberada degradação dos serviços públicos.

Neste ambiente geral as medidas que têm um efeito negativo específico no Barreiro e na região em que se integra são um exemplo gritante de medidas precipitadas que afectam a competitividade e o crescimento acentuando os efeitos locais da crise nacional e internacional.

O conjunto de medidas já anunciadas a ser concretizado corresponderá à destruição das esperanças geradas pelo modelo de desenvolvimento para o Barreiro e toda a região consensualizado ao longo dos últimos anos entre os Governos do PS, as autarquias locais e os agentes económicos regionais.

A primeira decisão fortemente negativa para o Barreiro foi o anúncio de suspensão do projecto de alta velocidade ferroviária entre Lisboa e Madrid incluindo a Terceira Travessia do Tejo entre Barreiro e Lisboa. Trata-se de um projecto prioritário europeu incluído na rede transeuropeia de transportes que dispõe de financiamento específico insusceptível de ser transferido para outros projectos e que a Comissão Europeia considera como gerador de emprego e promotor do reforço da competitividade no espaço europeu. Após a deslocação a Madrid o Ministro Álvaro Santos Pereira pareceu recuar face às consequências da precipitada decisão unilateral do novo Governo português.

É fundamental a clarificação da opção do Governo estabelecendo um calendário de concretização do projecto adequado ao actual quadro de financiamento assegurando a mobilização dos recursos já disponibilizados e desenvolvendo uma ligação eficiente a Lisboa através da terceira travessia do Tejo com natureza rodo-ferroviária.

Em 19 de Agosto, com manifesta ignorância do quadro institucional aplicável e das garantias de equilíbrio financeiro do projecto, a Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território anunciou a extinção da sociedade Arco Ribeirinho Sul, SA, e a suspensão do maior programa de reabilitação urbana em curso em Portugal. Novamente o desinteresse pelo investimento público competitivo e gerador de emprego foi evidente bem como o desconhecimento sobre a verdadeira dimensão e características do projecto Arco Ribeirinho Sul.

O aparente recuo do Governo não pode por em causa o Plano Estratégico a desenvolver até 2028 devendo ser garantida com clareza a responsabilidade pela sua concretização o que não se coaduna com medidas paliativas da sua liquidação como a referência a uma pretensa task force sem mandato claro, poderes institucionais ou instrumentos operacionais indispensáveis para o desenvolvimento das acções em curso bem como das já programadas.

A terceira notícia ameaçadora para o Barreiro e para toda a Península de Setúbal foi a da renegociação da concessão rodoviária do Baixo Tejo envolvendo a suspensão de diversos troços para construção ou conservação, parte dos quais estão em estado adiantado de concretização. Novamente as notícias são pouco claras designadamente pelo facto de o concessionário alegar não ter sido notificado de qualquer alteração contratual. Importa clarificar o sentido desta medida penalizadora da mobilidade e competitividade regionais com grande impacto no Barreiro designadamente para o prolongamento do IC 32 e para as intervenções previstas na zona de Coina.

Finalmente foi anunciada a suspensão de todos os novos projectos de requalificação de escolas secundárias a realizar pelo Parque Escolar. Os barreirenses conhecem o mérito da intervenção feita na Escola Secundária de Santo André e por isso aguardam com grande expectativa as acções já programadas para as escolas secundárias Alfredo da Silva, dos Casquilhos e Augusto Cabrita. Novamente trata-se de um anúncio confuso quanto aos seus efeitos que denuncia o desinteresse pela promoção de uma escola pública de excelência e a aposta na formação, para além dos inevitáveis reflexos nas empresas envolvidas designadamente em termos de aumento do desemprego.

Este conjunto de medidas corresponde ao trimestre mais desastroso de sempre para as expectativas de crescimento e qualificação do Barreiro e dos barreirenses.

A Assembleia Municipal do Barreiro, reunida a 15 de Setembro de 2011, delibera:

- 1. Repudiar o conjunto de decisões tomadas pelo XVIII Governo Constitucional que põem gravemente em causa o modelo de desenvolvimento do Barreiro no quadro da região e do País definido nos últimos anos.**
- 2. Exigir que seja concretizada a ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid incluído a Terceira Travessia do Tejo entre Barreiro e Chelas com natureza rodoviária;**
- 3. Apoiar a continuidade do projecto Arco Ribeirinho Sul com um modelo institucional eficaz dotado dos poderes necessários à sua concretização;**
- 4. Apelar à clarificação das alterações pretendidas pelo Governo à concessão rodoviária do Baixo Tejo assegurando a defesa do interesse público e a concretização da conclusão do IC 32 e das intervenções na freguesia de Coina;**
- 5. Promover junto do Governo a indispensabilidade da continuidade da aposta na requalificação de escolas secundárias designadamente das intervenções previstas para o concelho do Barreiro nas escolas Alfredo da Silva, Augusto Cabrita e dos Casquilhos;**
- 6. Manifestar viva preocupação pelo impacto do conjunto de decisões anunciadas na criação de emprego, no agravamento da conjuntura recessiva e na competitividade regional.**

7. Solicitar reuniões urgentes de delegações da Assembleia Municipal com os Grupos Parlamentares e com as Comissões Especializadas da Assembleia da República das áreas da Economia, do Ambiente e da Educação.

Aprovada por maioria, com 32 votos a favor da CDU, do PS e do BE e 3 votos contra do PSD

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira